e-ISSN: 2177-8183

A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PODE GERAR UM BOM DESEMPENHO E A SOLIDIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM?

CAN THE INTERACTION BETWEEN FAMILY AND SCHOOL LEAD TO GOOD PERFORMANCE AND SOLID LEARNING?

¿PUEDE LA INTERACCION ENTRE LA FAMILIA Y LA ESCUELA GENERAR UN BUEN DESEMPEÑO Y LA CONSOLIDACION DEL APRENDIZAJE?

José Welder Antunes da Silva[1]
welder.antunes@upe.br
Licenciado em Pedagogia (UPE – *campus* Petrolina)

Maria Isabel do Nascimento Silva[2]
almir.nascimento@upe.br
Mestra em Educação (UPE)

José Almir do Nascimento[3]
almir.nascimento@upe.br
Doutorado em Educação (UFPE)
Professor Adjunto da UPE

RESUMO
Pela relação entre família e escola perpassam conflitos e potências para a formação integral do sujeito aprendente, que se refletem num desenvolvimento crítico, cognitivo e emocional. Com vista nisso, é objetivo deste artigo compreender se a interação entre família e escola gera um bom desempenho e promove uma solidificação da aprendizagem. O estudo se desenvolveu como uma pesquisa qualitativa, por meio de um levantamento bibliográfico e documental, apresentando os resultados de modo descritivo, os quais apontam que, apesar de as divergências que podem existir entre família e escola, é importante estreitar essa relação de

[1] Graduado em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE), professor dos anos iniciais do ensino fundamental. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-3765-8599

[2] Graduada em Pedagogia, com mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). Professora. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-6137-8746.

[3] Graduado em Ciências Sociais, com doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE-UPE), *campus* Mata Norte, além do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) e do Colegiado de Pedagogia da UPE, *campus* Petrolina. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4657-9815.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

forma responsável/consciente. Nesta seara, cada qual exerce papéis diferentes, mas complementares, considerando o que regem as leis e normas vigentes. Concluímos que, se asseguradas relações harmoniosas entre família e escola, criam-se possibilidades para uma boa solidificação da aprendizagem.

Palavras-chave: Escola; Família; Desempenho escolar; Qualidade da educação.

ABSTRACT

The relationship between family and school encompasses conflicts and strengths for the comprehensive formation of the learning subject, which is reflected in critical, cognitive, and emotional development. In light of this, the aim of this article is to understand whether the interaction between family and school generates good performance and promotes the solidification of learning. The study was developed as qualitative research through a bibliographic and documentary survey, presenting the results descriptively. These results indicate that, despite the divergences that may exist between family and school, it is important to strengthen this relationship in a responsible/conscious manner. In this realm, each plays different but complementary roles, considering the prevailing laws and norms. We conclude that ensuring harmonious relationships between family and school creates possibilities for good solidification of learning.

Keywords: School; Family; School performance; Quality of education.

RESUMEN

La relación entre familia y escuela abarca conflictos y fortalezas para la formación integral del sujeto que aprende, lo que se refleja en un desarrollo crítico, cognitivo y emocional. A la luz de esto, el objetivo de este artículo es comprender si la interacción entre familia y escuela genera un buen desempeño y promueve la solidificación del aprendizaje. El estudio se desarrolló como una investigación cualitativa a través de una encuesta bibliográfica y documental, presentando los resultados de manera descriptiva. Estos resultados indican que, a pesar de las divergencias que pueden existir entre familia y escuela, es importante fortalecer esta relación de manera responsable/consciente. En este ámbito, cada uno desempeña roles diferentes pero complementarios, considerando las leyes y normas vigentes. Concluimos que asegurar relaciones armoniosas entre familia y escuela crea posibilidades para una buena solidificación del aprendizaje.

Palabras clave: Escuela; Familia; Desempeño escolar; Calidad de la educación.

e-ISSN: 2177-8183

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II), no curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE), observamos que parte dos responsáveis dos estudantes negligenciava as atividades mandadas para casa, igualmente as reuniões e o acompanhamento das atividades vivenciadas no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, notamos que as crianças destes familiares demonstravam menor interesse na interação do processo educativo, levando a menor participação durante a aula, de modo a proporcionar deficiências nos novos conhecimentos propostos pelo professor. Essa observação nos conduziu a uma breve conversa com os docentes da Instituição de ensino na qual foi realizado o ESO II, quando fomos informados pela coordenação da escola de que *quanto mais há interação da família com a escola, melhores são os resultados do processo de ensino e de aprendizagem*.

Não obstante as observações empíricas sobre o melhoramento da aprendizagem, a legislação que regula a educação nacional trata com caráter de obrigatoriedade o acompanhamento educacional por parte dos responsáveis, desde a matrícula. É o caso do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), ao compreender a participação dos responsáveis como um direito da educação infantoadolescente. E, nesta acepção, determina, no parágrafo único do art. 53, que "é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, *bem como participar da definição das propostas educacionais*" (Brasil, 1990 – grifos inseridos).

Portanto, em conjunto com a escola, os responsáveis pelo aprendente são incumbidos do processo de escolarização com sua presença ativa na instituição escolar, seja para a deliberação sobre as micropolíticas escolares, colaborar na execução de projetos e de ações da educação formal, ou para acompanhar o

e-ISSN: 2177-8183

desenvolvimento de ensino e aprendizagem, como também o exercício da cidadania. Afinal, é preciso considerar o que diz Virginio (2019, p. 3):

> [...] depois da família é na escola que as crianças permanecem mais tempo, dadas suas características e funções, em geral um importante espaço de avaliação das crianças, cujo comportamento está marcado pelas maneiras de ver cada família. A escola, portanto, faz parte das funções, em que a transmissão dos valores dessa sociedade modela o próprio processo de socialização da criança.

Portanto, a passagem da criança por tanto tempo na unidade de ensino faz estabelecer um vínculo entre as instituições familiar e escolar, de modo a tornar uma complemento da outra, cada uma cumprindo seu papel. Neste sentido, observando as experiências anotadas durante o ESO II, bem como os determinantes postos no ECA, levaram-nos à necessidade de averiguarmos, na literatura especializada, como está reflexionada a ideia de integração entre família e escola como mobilizadora da qualificação da aprendizagem. Assim, buscamos *compreender se a interação entre família e escola gera um bom desempenho e promove uma solidificação da aprendizagem*.

Propusemo-nos realizar um estudo do tipo bibliográfico, pondo em confirmação a tese de que quanto mais ocorre interação entre a família e a escola, mais significativo é o processo de aprendizado, corroborando para o que aponta o art. 205 da Constituição do Brasil, quanto ao desenvolvimento cognitivo, à preparação para a cidadania e para o trabalho (Brasil, 1988), ao cumprimento das finalidades da educação nacional.

Este trabalho está organizado a partir de quatro seções. Na primeira, pontuamos o percurso metodológico que nos orientou no levantamento de dados, seguido de uma discussão sobre concepções de famílias, percebendo suas alterações ao longo da história. Na terceira seção, focalizamos a participação das múltiplas configurações de família na escola, descrevendo alguns aspectos necessários para uma compreensão mais justa, com isso, apoiamo-nos nos marcos legais vigentes, sobretudo naqueles que dizem respeito aos direitos das crianças.

e-ISSN: 2177-8183

Na sequência, pontuamos a participação da família na escola para que se alcancem bons resultados. Portanto, a seguir, dispomos o método adotado.

PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho foi realizado via pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, a qual foi desenvolvida a partir de um levantamento de literatura sobre o objeto de nosso interesse, que, segundo Gil (2002, p. 44):

> […] pode ser designada com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Nestes termos, aplica-se como técnica uma revisão da literatura, baseada no que afirma Ruiz (1996, p. 58), "tem por função justificar os objetivos e contribuir para própria pesquisa". Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de maneira *on-line* nas plataformas digitais de indexação de conteúdos científicos: *Google Acadêmico* e *Scielo*, utilizando-se o descritor "família na escola", delimitando o levantamento a partir do ano de 2007 até o ano de 2024. Selecionamos como critérios de inclusão estar em língua portuguesa e que se enquadrasse dentro da temática definida para o presente estudo.

A escolha dessas plataformas se deu por se tratarem de fontes de referência na comunidade científica e por conterem uma quantidade significativa de material exposto; também pela confiabilidade em armazenamento dos dados publicados nelas. Aqueles conteúdos cujas temáticas eram incompatíveis com a problemática deste artigo foram excluídos.

Neste âmbito, destacamos importantes contribuições de pesquisas: Macedo e Coelho (2024); Paula (2023); Canedo (2018); Costa (2017); Santos e Toniosso (2014), que se interessam em saber se, potencialmente, esse vínculo gera melhores

resultados, o que nos leva ao objetivo deste artigo. Além disso, dialogamos com obras clássicas como Cavalcante (1998); Lahire (1997), utilizando também documentos normativos, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Os resultados estão apresentados de modo descritivo, enviesados como construção de uma categoria analítica, assim denominada: a relação família e escola para solidificação do conhecimento.

FAMÍLIA: NOVAS CONCEPÇÕES, VELHAS RESPONSABILIDADES

Ao longo do tempo, as sociedades construíram alguns conceitos e significados para definir o termo família, obedecendo às especificidades de cada povo e a suas culturas, aos tempos e aos contextos históricos, como também a suas geografias, de tal modo que é pertinente a busca por conceitos atuais para as novas configurações familiares em tempos de Pós-Modernidade.

Nestes termos, partimos do conceito definido por Ariès (1981) que, em busca de uma definição, constatou um modelo convencional, o qual vai se formando na Europa e que referendava a família constante de pai, de mãe e de filhos. Contudo, mesmo que, às vezes, timidamente, na atual sociedade, com algumas semelhanças na caracterização de família dada por este autor, de cunho tradicional, têm ocorrido distinções dos padrões estabelecidos pela cultura hegemônica contemporânea (Menezes, 2011), sofrendo, portanto, remodelamentos, organizando-se formas heterogêneas de famílias.

Estudos, como o de Menezes (2011), citam que, ao passar dos anos, este termo foi sofrendo alterações diversas vezes, até haver uma compreensão sobre o quanto é amplo em definição, afastando-se de um modelo único familiar. Apesar disso, e tomando em consideração que a história é formada por trajetórias de mudanças e de permanências, vai-se formando uma concepção familiar própria na

e-ISSN: 2177-8183

cultura do Ocidente, que sofre muita influência cristã. Mais notadamente no Brasil, a influência religiosa carrega consigo traços de uma hierarquia colonial, dominada pelo homem branco e com discurso conservador.

Em tais circunstâncias, constitui-se numa sacralização de um padrão familiar no imaginário social vinculado às imagens de Adão e Eva, Maria e José. Consequentemente, estabelece-se, religiosamente, uma associação a um modelo de família patriarcal, isto é, vincula-se à mulher o papel de pecadora (Eva) e/ou da serva obediente (Maria). Não obstante essa associação, a imagem do deus judaico-cristão é masculina, o que constrói uma idealização paternal (Aba – pai), refletindo-se no modelo familiar estabelecido por aqui. É nestes termos que Andrade e Nascimento (2022) alertam sobre a experimentação da religiosidade popular centrada no deus representado no masculino, isto é, *se deus é considerado masculino, o macho só pode ser sagrado.* Este paradigma familiar foi construído a partir das mudanças que aconteceram do confronto entre a visão religiosa e política, até meados do século XVII, mas, ainda muito situada atualmente.

Entretanto, importa saber que a ideia de núcleo familiar se estabelece de acordo com as condições sociais e econômicas de cada época e cada civilização. Por essa razão, é notório que esse modelo patriarcal esteja na base da formação da colonização do Brasil. Em contraposição, é pertinente considerar os povos que já existiam nestas terras que se formaria o Brasil de hoje, como os indígenas, atualmente em menores grupos, mas persistentes em manter viva sua cultura. Estes sujeitos tinham/têm seus costumes, modelos e concepções próprias de família.

Assim sendo, é pertinente observar que as culturas hegemônicas no tempo histórico levam a interferências diretas nas culturas locais e vice-versa, consequentemente, promovendo mudanças dentro da nossa sociedade. Esse intercâmbio cultural, especialmente promovido pelas novas formas de comunicação de massa, influencia decisivamente as crenças e os valores, reconfigurando aquilo que será passado para as novas gerações. Esse confronto dialógico faz surgir novas configurações familiares, fugindo da maneira experienciada até então.

e-ISSN: 2177-8183

Dada esta observação e utilizando o Dicionário *Houaiss* (Houaiss; Villar, 2016) como fonte, é encontrada, como definição de família, o "núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária". O verbete destaca uma concepção para além de uma visão heteronormativa, homogênea ou rígida, como anotada na concepção de Ariès (1981).

Canedo (2018) relata mudanças significativas nos contextos familiares, a partir do momento em que a mulher consegue seu espaço no mercado de trabalho. Por conseguinte, o papel do pai perde, parcialmente, sua característica de ser apenas o provedor, agora que também ajuda nas funções que eram atribuídas apenas para a mulher, como o cuidar dos filhos e da casa, e vice-versa quando se trata das provisões da casa. Outrossim, outras vivências vão se desvinculando do modelo que se exigia um patriarcado. Dessa forma, a autora estabelece, na definição de famílias, as relações de crianças que são criadas pela sua mãe e pelos seus avós, ou até mesmo somente por seus avós; ainda assim, é considerado um núcleo familiar.

Nesta mesma perspectiva, afirmam Martinez e Barbieri (2008, p. 176):

> A partir da segunda metade do século XX, algumas importantes mudanças sociais começaram a se esboçar no âmbito das famílias, até então fundamentadas no amor romântico. Com a consolidação da sociedade industrial, o conceito de maternidade sofreu alterações, passando de um modelo tradicional a um modelo moderno (maternidade como escolha e proles reduzidas).

Quando consideradas tais mudanças históricas que acompanharam as mudanças sociais estabelecidas ao longo dos séculos, percebemos também o surgimento de correntes ideológicas que desviam dessas ideias traçadas pela corrente tradicional. Nestes casos, temos observado novos conceitos e novas definições no que concerne àquilo que se propõe definir por família, como relatam Martinez e Barbieri (2008, p. 177):

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

> O termo homoparentalidade foi cunhado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) em Paris, nomeando a situação em que pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é ou pretende ser pai ou mãe de, pelo menos, uma criança. Trata-se de um modelo familiar alternativo, que abrange os vínculos parentais entre homossexuais, travestis ou transexuais e seus possíveis filhos adotivos ou biológicos, no caso de filhos de casamentos ou relacionamentos heterossexuais anteriores.

Destarte, atualmente, os grupos sociais se fazem cada dia mais diversos e amplos, embora ainda persistam conflitos ideológicos e políticos, existe o reconhecimento de diversas configurações familiares: crianças criadas por seus avós, por mães solo, por dois pais, por duas mães etc. são condições familiares que constam como responsáveis nos átrios escolares.

Essa diversidade, embora não inscrita na Constituição do Brasil, traz novas compreensões por força das pressões sociais e do choque entre a Lei e o concreto da vida. Isso fez com que o Supremo Tribunal Federal (STF) instituísse o reconhecimento de outras configurações de famílias que não apenas a heteronormativa, impactando diretamente uma ampliação dos sujeitos interagentes com a escola.

Sobre as novas configurações familiares, Biroli (2014, p. 7) esclarece que

> […] a família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família.

De tal modo, é necessário observar que quando o conceito de núcleo parental sofre mudanças, ele também transforma socialmente velhas estruturas que eram concebidas no passado. Isto é, para além do aspecto legal, esta mudança tem gerado novas formas de a escola se relacionar com os parentes de seus estudantes, haja vista que comemorações comuns, como o dia das mães e/ou o dia dos pais,

e-ISSN: 2177-8183

que constituem uma ideia de único contexto para família, estão sendo substituídas por comemoração do dia da família. Em vez de haver distinção entre os gêneros dentro de tais datas comemorativas, leva-se a uma abertura que torne livre a identificação por parte de todos no núcleo familiar. Esses ajustes e novas perspectivas surgem com as práticas e os valores vivenciados na sociedade atual.

Portanto, conceituar família vai além de uma simples percepção do tempo presente, mas do conjunto que transcende as normas ou as práticas vivenciadas socialmente, o âmbito emocional e a representação sobre os indivíduos também contribuem diretamente para tal concepção. A percepção real da família brasileira coexiste com o velho entendimento padronizado sobre a definição familiar, porém a Pós-Modernidade nos trouxe uma amplitude capaz de perceber além dos laços sanguíneos, considerando as maneiras de amor necessárias para manter um núcleo familiar vivo, seja ele pela cor da pele, pela etnia, pela classe social, pela orientação sexual ou pela adoção. E, como nos chama atenção Lahire (1997), independentemente de qual modelo é referido, ele tem papel complementar no processo de aprendizagem.

A PARTICIPAÇÃO FAMÍLIA NA ESCOLA

A atual Constituição Federal, no art. 205, declara que a educação é um dever do Estado e da família (Brasil, 1988), tratada de forma similar no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Em tal contexto, “a efetivação do direito humano à educação de qualidade, prevista no arcabouço legal brasileiro, depende muito além daquilo que está previsto. Família, comunidade e Estado exercem um papel fundamental para que se assegure tal direito” (Nascimento, 2016, p. 39). Nota-se, portanto, que o anúncio do direito à educação, em si, já estabelece uma correlação de responsabilidade – imputada como obrigação dos parentes à participação e ao

e-ISSN: 2177-8183

acompanhamento escolar do estudante, como perspectiva de caminho para uma melhor aprendizagem.

Por meio do art. 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), assim como do art. 4º do ECA (Brasil, 1990), assegura-se que a família e o Estado (escola) devem proteger o indivíduo em formação, possibilitando absoluta prioridade não só à promoção da vida, como também da educação, assegurando a proteção contra a violência, a crueldade, e contra todas as formas de opressão. Articuladas entre si, família, escola e comunidade possibilitam que os direitos e as necessidades dos estudantes ganhem respostas públicas, com a possibilidade de construírem um caminho seguro para seu pleno desenvolvimento no âmbito educacional.

Focalmente, a participação da família para um desenvolvimento educacional perpassa a garantia de que a criança e o adolescente tenham efetivado o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990). Além disso, é defendida a participação da família dentro do espaço educacional, inclusive nas decisões feitas na proposta escolar dos alunos, o inverso ocasiona grave violação de direitos infantoadolescentes. Neste caso, podem-se aplicar aos pais medidas extrajudiciais de reparação da violação: “Art. 129. [...] V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar” (Brasil, 1990).

Do mesmo modo, é imprescindível notar que é um dos pressupostos da gestão democrática da educação, previstos no art. 14 da LDBEN:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: [...] II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996)

A resposta de uma colaboração ativa entre os núcleos familiares e as escolas é a produção de um conhecimento que traga a junção entre a realidade do estudante e os conteúdos explorados no espaço escolar. As experiências vividas pelos estudantes em suas casas atribuem valores que serão inclusos dentro do

e-ISSN: 2177-8183

âmbito educacional, principalmente quando o espaço familiar é o primeiro a partir do qual a criança construirá sua percepção de mundo, costumes e crenças que, mais tarde, serão atribuídos no processo de aprendizagem dentro da escola como citado por Dessen e Polonia (2007, p. 22):

> Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família).

Nesse sentido, reside a importância de uma boa colaboração entre a família e a escola, pois dentro dessa relação podem surgir divergências dos costumes de cada instituição. Canedo (2018), ao realizar uma pesquisa com 18 responsáveis, analisou cinco perfis diferentes, entre eles, o último relatou que seus filhos devem "*andar sozinhos*" ao referir-se da caminhada escolar. Tal posicionamento se distingue da família número dois, quando ela se coloca na posição de cobrança, responsabilizando a escola quanto à obtenção de bons resultados escolares dos filhos. Portanto, evidencia-se que as famílias são diferentes em pensamentos sobre as responsabilidades de cada instituição e sobre as ações coexistentes dentro da realidade individual.

Registramos, ainda, que as experiências extraescolares e a educação informal vindas dos lares são refletidas no modo de comportar-se dos alunos, incluindo as visões de mundo, formadas de tais circunstâncias, consequentemente repercutindo nas relações intrapessoais e interpessoais, inclusive quando essas vivências são no espaço escolar, na convivência com seus colegas de classe, com professores e seus parentes. Sendo assim, forma-se uma heterogeneidade social que abrange tais relações, interferindo nos resultados das aprendizagens vividas pelos alunos.

e-ISSN: 2177-8183

Assim como já citado, as famílias são múltiplas em suas configurações, crenças e realidades, sendo definidas por seu contexto social, que embora sejam distintas, precisam coexistir de maneira que possibilitem o trabalho em parceria entre a escola e os núcleos familiares, principalmente na construção de princípios e de valores como o respeito. Nessa mesma linha de pensamento, relata Canedo (2018, p. 57):

> A noção de respeito muda de sentido a partir do reconhecimento de que todo indivíduo, criança ou adulto deve ser reconhecido como sujeito de direitos e de desejo, detentor de vontades e potencialidades. Os filhos funcionam como um espelho onde os pais visualizam os erros e os acertos de suas práticas educativas, percebendo-se por vezes como orgulhosos pelos êxitos, mas frequentemente como culpados pelos fracassos dos filhos.

Esta visão aponta que, para que uma ação colaborativa possa existir, faz-se necessária a consideração de uma autonomia dentro do processo educacional. A família é a principal responsável pela maneira comportamental dos estudantes, uma vez que ela é o primeiro meio com o qual o indivíduo terá contato após seu nascimento, sendo assim valores, como por exemplo o respeito, devem ser provenientes dos lares dos estudantes; apesar de a escola poder contribuir com essa caminhada, o indivíduo constrói suas características pessoais a partir dos exemplos que o cercam, tanto de forma primária em sua parentela como de forma secundária no ambiente escola.

Em tais circunstâncias, é mister entender que não se trata de atribuir culpa, mas perceber a corresponsabilidade pelo desenvolvimento dos aprendentes, conforme destacado por Dantas e Mezzalira (2020, p. 8):

> É comum escutarmos nos espaços escolares uma separação rígida das funções direcionadas à família e à escola, e isso é claramente percebido nos relatos de cobranças e desconfianças advindos desses dois segmentos. A escola sente-se pressionada pela família no âmbito pedagógico, e a família sente-se coagida no âmbito dos valores e da moralidade.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Frente a isso, os docentes também são responsáveis pela facilitação e pela inclusão das famílias nas atividades vivenciadas pela escola, aproximando, criando laços que acrescentem positivamente ao processo educacional como está previsto no art. 13 da LDBEN “os docentes incumbir-se-ão de: [...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (Brasil, 1996).

Entretanto, Santos (2020) chama a atenção para o cuidado para que a escola, no conjunto com seus educadores, mude a perspectiva de que esta instituição tem como única finalidade produzir médicos, juízes, industriários. Em sentido contrário, deve considerar a formação para as cidadanias, investido na consolidação da democracia e da diversidade. Dessa maneira, torna-se possível trabalhar com um ensino significativo que contribua de forma intelectual e social, preparando o aluno para sua autonomia dentro do contexto ao qual ele está inserido. Para isso, Freire (2019) faz uma reflexão sobre a visão de mundo que devemos ter, com um olhar mais sensível para com os seres humanos, pois normalmente coisificamos nosso eu e a própria existência humana.

Este aprendizado significativo pode consolidar um modo de aprendizado eficaz, solidificado com a colaboração da família, como pretendemos descrever a seguir.

A participação da família na escola para bons resultados

O bom resultado de uma aprendizagem está ligado diretamente aos caminhos os quais serão trilhados pelo aluno, fazendo-se complementar por distintas partes entre a instituição familiar e escolar, cada um com suas contribuições de maneiras singulares, mas fundamentais em busca de bons resultados. Como justificam Dessen e Polonia (2007, p. 22),

> […] na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a

e-ISSN: 2177-8183

> proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Portanto, é notável que a família e a escola trabalhem juntas, levando para uma única direção, os objetivos em comum, respeitando os limites dentro do processo individual da pessoa, indo além da construção de uma boa aprendizagem, mas conscientes das etapas até ela, tornando esse caminhar significativo por meio do apoio cognitivo e afetivo dos estudantes, em que ambas as partes contribuam com suas especificidades e com responsabilidades, das quais são detentoras.

Cavalcante (1998) afirma que esta colaboração beneficia também os pais dos alunos; quando analisado o contexto socioeconômico de tais famílias, podemos notar uma melhora significativa no envolvimento com a sociedade e consigo mesmos, resultando uma melhora no relacionamento também com os seus filhos.

Ao existir um distanciamento na comunicação entre os responsáveis dos educandos e a docência, surgem brechas negativas para uma boa solidificação da aprendizagem, fazendo-se necessária a priorização de tempo para que exista essa troca de conhecimentos e de experiências, levando especificidades notadas conjuntamente entre o cotidiano escolar e o dia a dia nas residências dos educandos, assim como apresenta Cavalcante (1998, n. p.):

> […] a segunda barreira à colaboração identificada por professores está relacionada a limitações de tempo para que possam se comunicar com os pais dos alunos. Além da falta de tempo, a comunicação com os familiares geralmente não é vista entre os professores como uma prioridade na sua tarefa de ensinar.

Contudo, evidencia-se que é de extrema importância o investimento de tempo para com os professores e os responsáveis dos estudantes. O acompanhamento durante a frequência escolar é um dos pontos necessários para que haja uma aprendizagem regular, dessa maneira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante, no art. 5°, que deve ser zelada pelos pais ou pelos responsáveis a frequência escolar dos alunos (Brasil, 1996).

e-ISSN: 2177-8183

Portanto, faz-se necessária a compreensão por parte da família sobre as necessidades de acompanhamento, levando o apoio durante o processo educacional vivenciado pelos alunos, o que inclui aspectos como emoções (Carvalho; Souza, 2021). Nestes termos, Cavalcante (1998) aponta que a colaboração entre a família e a escola é muito importante para um bom resultado educacional, descrevendo que partes desses resultados dependem das visões que são compreendidas ou não entre os responsáveis dos educandos e o âmbito educacional, quando existem distintos pensamentos e objetivos entre eles, com perspectiva similar.

Por esse caminho, Castro e Regattieri (2010) também afirmam que se devem manter nítidos os motivos pelos quais levam os responsáveis à frequência em reuniões e em encontros no espaço escolar. Os caminhos para o sucesso escolar tornam-se mais longos e de difícil acesso, no entanto, as reuniões ocorrentes nas escolas e ao final de cada aula, quando os responsáveis buscam seus meninos na escola, são momentos que oportunizam um diálogo que estreite as relações entre os institutos familiar e escolar.

Sayão (2011) destaca que a família tende a acusar a escola por não fazer de forma efetiva a educação dos seus filhos, mas em contrapartida o espaço escolar sofre com a falta da participação dos pais durante o processo formativo desses meninos e meninas, além disso, os professores defendem que são formados apenas para fazer uma mediação, levando os estudantes a uma construção do conhecimento.

No entanto, essa realidade não é sempre assim. Alguns pais se relacionam de melhor maneira com a instituição escolar, frequentando reuniões, sendo participativos no dia a dia com as atividades mandadas para serem realizadas em casa e dialogando com os profissionais que estão à frente da escola para cumprir com seu real papel, que é mediar o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para uma futura solidificação na aprendizagem.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

A participação da família na escola não é apenas sobre a presença física, mas o quanto é efetivo esse acompanhamento e empenho feito pelos responsáveis dos alunos, sendo necessária uma intencionalidade pela qual esta participação está sendo feita, buscando questionar melhorias e futuros caminhos causadores de bons resultados para o discente, como justificam Castro e Regattieri (2010, p. 38):

> […] destacamos também que a presença de familiares na escola nem sempre é um bom indicador de uma interação a serviço da aprendizagem dos alunos/filhos. Uma escola que promove muitos e concorridos eventos pode estar se comportando mais como um centro cultural/social e perdendo de vista o que lhe é específico, isto é, garantir uma educação escolar de qualidade. Assim, é importante fazer uma diferenciação entre participação familiar nos espaços escolares e participação na vida escolar dos filhos – o que também nem sempre depende da presença dos responsáveis no estabelecimento de ensino.

Portanto, nota-se que o excesso de eventos promovidos pela escola não é uma certeza de preocupação dela ou do núcleo familiar com o resultado de uma boa solidificação das aprendizagens, pois quando não existe intencionalidade neste aspecto, os motivos pelos quais eram para ser prioritários, acabam sendo invisibilizados.

APOIO FAMILIAR PARA UMA BOA APRENDIZAGEM

O espaço familiar nos sugere, desde muito cedo, a maneira como devemos nos comportar, como reagir em cada circunstância; as crianças analisam as formas que seus responsáveis vivem e estes comportamentos são considerados exemplos, sendo levados como modelos pelo indivíduo, no entanto, isso não anula a singularidade da maneira de ser individualmente, mas contribui ativamente no modelo de caráter que está sendo formado.

Segundo Santos e Toniosso (2014), a família tem um papel fundamental, sendo ela quem passa os valores e as condutas para o indivíduo. Resultando suas

e-ISSN: 2177-8183

maneiras de agir para com a sociedade e consigo mesmo, possibilitando assim uma boa ou má resolução para possíveis problemas que surgirão ao relacionar-se de maneira intrapessoal e interpessoal. Compreender os papéis que devem ser adotados pelos núcleos familiares é consideravelmente importante para traçar limites dentro de um processo de aprendizagem e as etapas que devem ser respeitadas durante ela, validando amplos aspectos da vida pessoal de cada indivíduo, como seus medos, aflições, inseguranças, traumas, formando-se um ser crítico e questionador do mundo ao seu redor. Assim, responsáveis e professores servem como tutores para o desempenho de uma maturidade desenvolvida a partir das descobertas durante essa caminhada.

Os hábitos que são cultivados em casa perpassam de geração para geração, tornando-se característicos de cada núcleo familiar; a maneira de lidar com problemas, a forma de falar e de interagir entre os membros daquela instituição. No contexto escolar, essas práticas refletem diretamente em como ocorrerão as interações entre os estudantes para com os professores e com a família, formando uma mistura de saberes e de reflexões que, estabelecidas de maneira intencional e pedagógica, resultarão uma boa aprendizagem.

> A ordem moral doméstica é outro fator de fundamental importância. Este aspecto está relacionado com uma moral doméstica que incentiva o limite, as regras, o bom comportamento, o respeito ao professor, o cumprimento das atividades escolares, bom comportamento, escuta atenta às aulas, ou seja, atitudes de docilidade frente à escola [...]. (Costa, 2017, p. 38)

Dessa forma, é indicativo que o resultado de uma boa aprendizagem também está ligado a costumes praticados nas casas dos indivíduos, às ordens e a normas estabelecidas. Além disso, não podemos desconsiderar que o indivíduo, incluso no processo de aprendizagem, traz consigo uma carga previamente vivenciada no contexto familiar, tal como afirma Freire (2007, p. 51), ao explicar que “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam na comunhão”. Para ele, as pessoas constroem seus processos de aprendizagem a partir das relações interpessoais, razão pela qual Costa (2017, p. 17) vai considerar que

e-ISSN: 2177-8183

> [...] o sujeito é responsável por definir o seu modo de ser a partir das internalizações dos significados e sentidos constituídos nas relações sociais que estabelece, especialmente com pessoas próximas como familiares, professores e amigos. Destacam mais especificamente o papel da família, que foi determinante nas trajetórias de sucesso.

Ademais, Freire (2019) ressalta que a educação não deve ocorrer de modo descontextualizado, permitindo que a leitura do mundo e das palavras confluam em sentido e em significado para aquele que aprende. Também, por esse caminho, Cavalcante (1998) afirma que as necessidades educacionais dos discentes devem ser alinhadas com as suas experiências cotidianas vivenciadas em suas casas e consequentemente no ambiente escolar, no entanto, quando esta ligação estabelecida entre ambas as partes não está alinhada, ocorre um desequilíbrio que resulta uma aprendizagem questionável.

Tanto no âmbito familiar, quanto na escola, o aprendente construirá as bases de seu desenvolvimento. Quanto mais interativa for esta relação, mais se constituirá uma troca de significados e formação do estudante. Portanto, a confluência destas duas instituições é essencial para a efetivação e para a efetividade da educação. Por tal esboço, afirmam Santos e Toniosso (2014, p. 130) “a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. A escola também tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo”.

Como consequência, tais fatores ajudam à formação do/a aluno/a na escola, como respeitar o horário do intervalo, controle das conversas paralelas, saber o momento de brincar e o de fazer as atividades propostas pelo professor.

> Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo. (Dessen; Polonia, 2007, p. 25)

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

No entanto, aprendizagem também é saber lidar com a vida e suas problemáticas, pois, para uma boa aprendizagem, o indivíduo também precisa saber lidar com seu emocional e isso demanda uma boa relação com ele mesmo e com os conflitos entre suas vivências e as dos docentes, como também questões relacionadas ao âmbito familiar, perpassando por questões sociais como sexualidade, perda de pessoas próximas, entre tantas outras questões que poderão ocorrer em sua rotina; todos esses fatores podem implicar uma reprovação que trará consequências como uma baixa autoestima.

> As crianças ou os adolescentes com experiências de reprovação têm sua autoestima rebaixada e, dependendo do contexto em que vivem, da sua condição social e econômica, das suas características pessoais e das suas possibilidades de desejar o presente e o futuro, podem desistir de estudar. A reprovação é um poderoso indutor do abandono escolar. (Unicef, 2021, p. 23)

Aqui, evidencia-se que a reprovação também está ligada a fatores que transcendem os interiores de uma escola, a individualidade do discente como participante dessa relação estabelece limites para o desenvolvimento de um bom desempenho educacional. A reprovação escolar nos mostra que não são apenas as relações dentro desse espaço que determinam o insucesso educativo, tampouco apenas escolhas do sujeito serão determinantes, mas de todos que estão nele de forma direta ou não.

> É importante assumir que o abandono escolar ultrapassa as escolhas individuais, sobre as quais não se pode incidir. A reprovação e o abandono são desafios de toda a sociedade, o que inclui a escola, seus profissionais, gestores da educação, estudantes e suas famílias. (Unicef, 2021, p. 23)

Assim, faz-se importante para todos os envolvidos no processo educacional, pais/responsáveis, alunos e corpo docente, um olhar atento para o entorno da realidade social do indivíduo que é submetido a desenvolver suas aprendizagens, considerando fatores que irão além do ensino, da aprendizagem e das reflexões causadas por ela.

e-ISSN: 2177-8183

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE APREENDEMOS?

Conceituar família nos pede um olhar cuidadoso e sensível para as transformações que socialmente esse termo sofreu, no entanto, ele ainda continua em constante mudança. Com isso, trouxemos reflexões sobre suas configurações na atualidade, como também o seu formato tradicional composto por pai, por mãe e por filhos.

Essas implicações interferem diretamente nas vivências dos alunos e suas famílias, ocasionando uma diversidade tanto no âmbito social quanto no espaço escolar. Algumas situações ainda não são muito debatidas na escola, pois datas comemorativas como o dia dos pais poderiam ser mais bem organizadas para o dia da família, considerando que essa definição é melhor colocada, uma vez que consideramos família casais homoafetivos, crianças criadas por seus avós e/ou responsáveis, relações em que é atribuído o sentimento de amor da mesma maneira que os casais heterossexuais, considerados historicamente um modelo “perfeito” e natural, no entanto, no presente, as famílias se fazem diversas.

A educação sofre influência das modificações ocorrentes nas configurações familiares, resultado de uma sociedade carregada de múltiplos aspectos, como o patriarcado, a troca de papéis/responsabilidades entre a família e a escola, e a aproximação entre elas para que haja uma boa solidificação na aprendizagem. Dessa maneira, a sociedade está cheia de fatores que interferem diretamente nas escolhas necessárias frente a essas instituições, sejam elas escolares ou familiares, portanto, avistamos que tais mudanças são reflexos do contexto histórico vivenciado em cada tempo, levando para uma formação cada vez mais diversa sobre o que estamos considerando como família e consequentemente a importante relação estabelecida entre ela e o espaço escolar.

e-ISSN: 2177-8183

Nessa perspectiva, além de refletir sobre a importância da relação entre família e escola para uma boa solidificação da aprendizagem, considerar as mudanças necessárias dentro da pluralidade das relações humanas, e os caminhos para uma boa participação da família na escola, conforme a legislação educacional vigente, asseguram não só direitos e deveres, mas a garantia de uma caminhada saudável dentro dos lares das famílias, e também no ambiente escolar, conseguindo determinar por leis que estes estudantes se desenvolvam de forma satisfatória, contribuindo para sua autonomia e capacidade de lidar de forma necessária com questões familiares, escolares, mas também com possíveis problemas pessoais e interpessoais.

O objetivo proposto para esse estudo foi atingido de maneira satisfatória, uma vez que, ao analisar via bibliografia, a partir de teóricos renomados na área educacional, descrevemos a contribuição da relação entre família e escola para o desenvolvimento educativo, caracterizando tais participações em conformidade com a legislação educacional vigente, fazendo-se necessária uma organização que possibilite caminhos facilitadores desse caminhar, considerando tais elos fundamentais para o percurso educacional do aluno. Dessa forma, quando a família se aproxima da escola, estando ambas conscientes de seus papéis para com a aprendizagem dos indivíduos, são asseguradas as oportunidades necessárias para um bom desenvolvimento educacional, resultando uma melhor harmonia entre elas, enfatizando a importância da relação família e escola.

Diante de tudo aqui exposto, destacamos que o presente artigo contribuirá para a formação de futuros profissionais da educação ou já atuantes, de pais e/ou de responsáveis, para refletir e buscar novas maneiras de vivenciar a educação e seus papéis, nos vários aspectos, sendo eles sociais, emocionais, político e educacionais, contribuindo com uma maior harmonia entre a relação da família e da escola para uma boa solidificação da aprendizagem.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Submetido em junho 2024

Avaliado em novembro 2024

Publicado em setembro 225

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Julyana Nascimento de Andrade; NASCIMENTO, José Almir do. Uma nova mulher e um novo homem: as pedagogias por direito e justiça nas CEBS no agreste pernambucano. *In*: BARROS, Ana Maria de et. al. (org). **Feminismos**: epistemologias, práticas e incidências políticas. Maceió: Olyver, 2022. p. 256-277.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIROLI, Flávia. **Família**: Novos conceitos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 de jun. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 de jun. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de jun. 2024.

CANEDO, Maria Luiza. **Família e escola**: interações densas e tensas. Curitiba: Appris, 2018.

CARVALHO, Maria Paula Cavalcanti; SOUZA, Sirlene Vieira de. Habilidades na infância: (re)definindo as atribuições da família e escola na educação das crianças

para o bem-estar. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, *[S. l.]*, v. 11, n. 26, p. 28–50, 2021.

CASTRO, Jane Margareth. REGATTIERI, Marilza. **Interação escola família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. Entre pais e escola: educação abrangente. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 2, n. 2, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-85571998000200009. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

COSTA, Jackson Barbosa. **Práticas familiares e desempenho escolar.** Porto Alegre, RS: Editora fi, 2017.

DANTAS, Izabela da Silva; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa. Psicólogo escolar: fortalecendo a participação da família na escola. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3259. Acesso em: 21 de jun de 2024.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa**.** A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol. 17, n. 36, pp. 21-32. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003. Acesso em: 21 de jun de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 35 ed. São Paulo: Terra e Paz. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed**.** São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. São Paulo: Ática, 1997.

MACEDO, Denise Silveira; COELHO, Mariana Evangelista. **Um estudo sobre a importância das famílias para um bom desempenho escolar no município de Dormentes, estado de Pernambuco**. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2024.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes e BARBIERI, Valéria. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. **Estudos de Psicologia,** Campinas [online], v. 28, n. 2, jun., p. 175-185, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200005.

MENEZES, Pedro. **Família**: conceito, evolução e tipos. Rio de Janeiro: Toda matéria, 2011. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/familia-conceito-tipos/. Acesso em: 15 jun. 2024.

NASCIMENTO, José Almir. Um discurso de qualidade: a educação como dispositivo de proteção à criança e ao adolescente. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. II, n. 9, p. 6-43, ago/dez, 2016.

SANTOS, Andréa Cristina Batista dos. **Vivências docentes e a transição escolar dos alunos do 5º para o 6º ano do ensino fundamental**. 2020. 112f. Dissertação (mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

SANTOS, Luana Rocha; TONIOSSO, José Pedro. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 1 n. 1, p. 122-134, 2014.

SAYÃO, Rosely. Filhos, melhor não tê-los? *In*: SAYÃO, Rosely; RIZZO, Sérgio; LA TAYLLE, Yves de; GROPPA, Júlio Aquino. **Família e educação**: quatro olhares. Campinas, SP: Papirus, 2011. p. 17-48.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**: reprovação, abandono, e distorção idade-série. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021.

VIRGINIO, Regina Maria Araújo. A integração entre pais e escola: a influência da família na educação infantil. *In*: **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE**, 2019, Natal, RN. Anais [...]. Natal: Amplamente Cursos, 2019. Evento on-line. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/amplamentecursos/236190-a-integracao-entre-pais-e-escola---a-influencia-da-familia-na-educacao-infantil. Acesso em: 30 jun. 2024.